



Simulado Final

MPCE

Analista Ministerial - Administração
Pós-edital

Simulado

Simulado Final MP-CE (Analista Ministerial - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Administração do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/xmUbBozBcZ6Ho35m8>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Ac7V>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

A lembrança de *Torre di Venere* evoca uma atmosfera desagradável. Torre fica a cerca de quinze quilômetros de Portoclemente, uma das cidades de veraneio prediletas à margem do mar Tirreno, com uma colorida avenida à beira-mar repleta de hotéis e lojas, gente bronzeada e uma estrondosa indústria da diversão. Margeada de pinhos, a praia mantém ao longo de toda a costa a sua cômoda amplidão de areia fina, portanto não admira que não muito adiante tenha-se aberto uma concorrente mais sossegada.

Torre é, como destino turístico, uma ramificação do balneário vizinho e já foi um idílio. Mas, como costuma acontecer com lugares assim, a paz foi há muito obrigada a deslocar-se um trecho mais adiante; o mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a. Foi assim que Torre, ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente, caiu no gosto de italianos e estrangeiros.

Torre ganhou um Grand Hôtel (onde havíamos reservado quartos). Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples. Em julho, agosto, fervilham berros, brigas, gritos de júbilo de banhistas, cuja pele da nuca se descasca por causa de um sol esturricante. Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos.

Na noite de nossa chegada ao Grand Hôtel, quando aparecemos para o jantar, fomos guiados até uma mesa pelo garçom responsável. Não havia nenhuma objeção a fazer a essa mesa, mas nos cativou a vista da varanda de vidro contígua, que dava para o mar e sobre cujas mesinhas cintilavam lamparinas de abajur vermelho. Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência, e manifestamos de forma singela a decisão de que preferímos fazer a nossa refeição na varanda — uma declaração de ignorância, como restou claro, pois nos fizeram entender com uma cortesia algo constrangida que aquele aconchegante ambiente era destinado “aos nossos clientes”. Nossos clientes? Mas isso éramos nós. Não estávamos de passagem ou só por uma noite. Abrimos mão, de resto, do esclarecimento da diferença entre gente como nós e aquela clientela, a quem se servia

o jantar à luz de lamparinas vermelhas, e jantamos no refeitório, em nossa mesa de iluminação prosaica — uma refeição bem medíocre, própria do esquema hoteleiro insípido; achamos depois muito melhor a cozinha da pensione Eleonora, dez passos mais distante da praia. Foi justamente para lá que nos transferimos, três ou quatro dias mais tarde.

(MANN, Thomas. Mário e o mágico: uma experiência trágica de viagem Trad José Marcos Macedo. Companhia das Letras, edição digital Adaptado)

1. O texto evidencia uma situação de segregação social, em que o narrador e sua família são menosprezados ao solicitarem acesso a um outro local durante o jantar.
2. Infere-se que a atmosfera desagradável apontada pelo narrador no início do texto decorre principalmente da ausência de paz do local descrito, característica de um ambiente turístico.
3. O termo destacado em “Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos” (3º parágrafo) intensifica as características do local descrito.
4. O texto mescla as tipologias descritiva e narrativa.
5. No trecho “Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência”, o deslocamento do pronome para depois do verbo acarretaria prejuízo gramatical.
6. No trecho “o mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a” (2º parágrafo), os pronomes sublinhados apresentam o mesmo referente, a saber: a paz.
7. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o vocábulo destacado em “ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente” (1º parágrafo) poderia ser substituído por **conquanto**.

8. No trecho “Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples”, o termo destacado funciona como complemento da forma verbal **surgiram**. (3º parágrafo).

TEXTO II

Ao amadurecer, descobrimos que a grama do vizinho não é mais verde coisíssima nenhuma.

Estamos todos no mesmo barco.

Há no ar certo queixume sem razões muito claras.

Converso com mulheres que estão entre os 40 e 50 anos, todas com profissão, marido, filhos, saúde, e ainda assim elas trazem dentro delas um não-sei-o-quê perturbador, algo que as incomoda, mesmo estando tudo bem.

De onde vem isso? Anos atrás, a cantora Marina Lima compôs com o seu irmão, o poeta Antonio Cícero, uma música que dizia:

“Eu espero/ acontecimentos/ só que quando anoitece/ é festa no outro apartamento”.

Passei minha adolescência com esta sensação: a de que algo muito animado estava acontecendo em algum lugar para o qual eu não tinha convite. É uma das características da juventude:

considerar-se deslocado e impedido de ser feliz como os outros são, ou aparentam ser. Só que chega uma hora em que é preciso deixar de ficar tão ligada na grama do vizinho.

As festas em outros apartamentos são fruto da nossa imaginação, que é infectada por falsos holofotes, falsos sorrisos e falsas notícias. Os notáveis alardeiam muito suas vitórias, mas falam pouco das suas angústias, revelam pouco suas aflições, não dão bandeira das suas fraquezas, então fica parecendo que todos estão comemorando grandes paixões e fortunas, quando na verdade a festa lá fora não está tão animada assim. Ao amadurecer, descobrimos que a grama do vizinho não é mais verde coisíssima nenhuma. Estamos todos no mesmo barco, com motivos pra dançar pela sala e também motivos pra se refugiar no escuro, alternadamente.

Só que os motivos pra se refugiar no escuro raramente são divulgados.

Pra consumo externo, todos são belos, sexys, lúcidos, integros, ricos, sedutores.

“Nunca conheci quem tivesse levado porrada/ todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo”.

Fernando Pessoa também já se sentiu abafado pela perfeição alheia, e olha que na época em que ele escreveu estes versos não havia esta overdose de revistas que há hoje, vendendo um mundo de faz-de-conta. Nesta era de exaltação de celebridades – reais e inventadas – fica difícil mesmo achar que a vida da gente tem graça. Mas, tem. Paz interior, amigos leais, nossas músicas, livros, fantasias, desilusões e recomeços, tudo isso vale ser incluído na nossa biografia. Ou será que é tão divertido passar dois dias na Ilha de Caras fotografando junto a todos os produtos dos patrocinadores? Compensa passar a vida comendo alface para ter o corpo que a profissão de modelo exige? Será tão gratificante ter um paparazzo na sua cola cada vez que você sai de casa? Estarão mesmo todos realizando um milhão de coisas interessantes enquanto só você está sentada no sofá pintando as unhas do pé? Favor não confundir uma vida sensacional com uma vida sensacionalista.

As melhores festas acontecem dentro do nosso próprio apartamento.

(Martha Medeiros. Adaptado)

9. O texto II apresenta características comuns ao gênero *crônica*: um texto breve e com uma temática contemporânea; linguagem simples e próxima à oralidade; além de construções sintáticas nada complexas.

10. O pronome “esta” (7º parágrafo) exerce no contexto uma função catafórica, pois faz referência a uma informação que será explicitada em seguida.

11. No trecho “algo que as incomoda” (4º parágrafo) ocorre próclise obrigatória da forma pronominal **as**, que retoma “mulheres que estão entre os 40 e 50 anos”.

12. Os vocábulos “notícia”, “notáveis” e “vitórias” (9º parágrafo) recebem acento gráfico em obediência à mesma regra de acentuação.

13. Em "Fernando Pessoa também já se sentiu abafado", a partícula SE é um pronome reflexivo, pois o sujeito é agente e paciente da ação expressa pelo verbo 'sentir'.

14. A substituição da expressão destacada em "Só que os motivos pra se refugiar no escuro..." (10º parágrafo) por "entretanto", com as devidas adaptações, manteria a correção gramatical e preservaria os sentidos do texto.

15. No trecho "Os notáveis alardeiam muito suas vitórias, mas falam pouco das suas angústias", a substituição da conjunção por **embora** preservaria o sentido do texto e a correção gramatical.

Julgue as assertivas seguintes com base no Manual de Redação da Presidência da República

16. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

17. O Manual de Redação da Presidência da República define **Circular** como uma correspondência de caráter interno da Instituição, expedida simultaneamente a diversos destinatários, com o objetivo de transmitir rotinas, orientações e procedimentos.

18. De acordo com o Manual de Redação, o vocativo 'Excelentíssimo Senhor' é empregado apenas em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário).

19. O fecho deve ser alinhado à margem direita ao final da comunicação.

20. O documento do tipo Exposição de Motivos é dirigido somente ao Presidente da República. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de

um ministério, a exposição de motivos será assinada por todos os ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)*Rodrigo Bet*

21. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, o Conselho Superior do Ministério Público é composto por sete membros da instituição, eleitos pelos demais integrantes mediante votação aberta, sendo presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

22. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária respeitando os limites fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo-lhe repassados os recursos correspondentes às suas dotações até o dia vinte de cada mês.

23. A iniciativa popular no Ceará admite apresentação de projeto de lei e de emenda à Constituição, com apoio mínimo de 1% do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos cinco municípios, com 0,3% dos eleitores de cada um, tramitando em turno único, com prioridade, no prazo de 45 dias.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI N°
9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO
ESTADO), LEI COMPLEMENTAR N° 72/2008
E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E
ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ), LEI N° 8.625/1993 (LEI
ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO) E LEI N° 14.043/2007 E
ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ))**

Tiago Zanolla

24. Ana e Carla são servidoras públicas estaduais, casadas legalmente. Carla foi designada, ex officio, para exercício em uma unidade do Sistema Administrativo localizada em outro município, a mais de 400 km de distância da unidade onde Ana exerce suas funções. Ana solicita sua remoção com todos os direitos e vantagens. A chefia do seu órgão, no entanto, alega que a remoção depende da existência de vaga e da concordância da unidade de destino.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e nos princípios administrativos, a decisão da chefia está correta, pois a remoção nesses casos é discricionária, devendo seguir a conveniência exclusiva do órgão de origem.

25. Joana, servidora pública efetiva do Estado do Ceará, deseja contratar um empréstimo consignado que comprometerá 35% de seus proventos mensais líquidos. Ela já possui outra consignação equivalente a 10% de sua remuneração. Ao procurar o setor financeiro do órgão, é informada de que a nova operação não poderá ser autorizada.

Com base na Lei nº 9.826/1974, Joana alega que, como o empréstimo possui cláusula de pagamento em parcela única e sem juros, não deveria estar sujeito aos limites da margem consignável. Assim, a operação poderá ser autorizada, pois operações

quitadas em parcela única e sem juros não se submetem à limitação legal de margem.

26. Durante a preparação de novo concurso público para provimento de cargos de Técnico Ministerial do Ministério Público do Estado do Ceará, um grupo de candidatos apresentou impugnação ao edital, alegando constitucionalidade na exigência de curso superior, pois tal requisito não estava previsto originalmente na estrutura da carreira e representaria “barreira indevida ao acesso ao cargo público”. A Procuradoria-Geral de Justiça sustentou que a exigência está em conformidade com a lei vigente.

Com base na Lei nº 14.043/2007 e no ordenamento jurídico, é correto afirmar que a exigência é válida, pois a legislação atualizada determina curso superior em qualquer área como requisito de ingresso.

27. Durante a execução de seu planejamento estratégico, o Ministério Público do Estado do Ceará decide instituir uma nova unidade de atendimento multidisciplinar, com servidores especializados, estrutura física própria e contratação de serviços auxiliares. O Poder Executivo, entretanto, questiona a legalidade da medida, alegando que qualquer contratação ou alteração de estrutura depende de sua autorização prévia, para controle de gastos e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008 e nos princípios constitucionais da separação de poderes e da autonomia institucional, a instalação de órgãos auxiliares pelo MP deve ser precedida de convênio com o Judiciário.

28. Um cidadão ingressa com representação na Assembleia Legislativa questionando supostas irregularidades em contratações realizadas pelo Ministério Público do Estado do Ceará. Requer, ainda, que o Tribunal de Contas suspenda todos os contratos vigentes do órgão. Diante disso, o presidente da Assembleia afirma que o MP deve prestar contas de sua gestão, mas que sua autonomia não impede a fiscalização externa. Já o MP sustenta que suas decisões têm executoriedade plena e não se submetem à interferência do Legislativo.

Considerando a Lei Orgânica do MPCE e os mecanismos de controle da Administração Pública, é correto afirmar que o Ministério Público é imune a qualquer forma de fiscalização orçamentária e contratual, em razão de sua autonomia constitucional.

29. Durante o exercício do mandato, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará passa a ser alvo de críticas internas e externas por alegada omissão quanto à apuração de irregularidades graves na gestão de recursos do Ministério Público. Parte do Colégio de Procuradores se mobiliza para apresentar proposta de destituição. Um deputado estadual declara, em plenário, que poderá solicitar o afastamento imediato do PGJ com base na vontade política da maioria parlamentar, “por perda de legitimidade”.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008, é correto afirmar que a destituição do PGJ exige manifestação prévia do Colégio de Procuradores e deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa.

30. Durante inspeção a uma delegacia de polícia, um Promotor de Justiça solicita acesso aos registros administrativos e livros próprios da repartição. O delegado responsável se recusa a fornecer os documentos, alegando que são de uso interno e que a presença do Ministério Público se limita à verificação da situação física dos presos. O

Promotor insiste em seu direito de acesso integral aos registros, especialmente aos relacionados a inquéritos, fianças e objetos apreendidos.

Com base na Lei Complementar nº 72/2008, é correto afirmar que o delegado tem razão, pois os livros policiais possuem sigilo funcional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)

Tiago Zanolla

31. Em um município, um servidor público lotado em uma unidade de atendimento ao cidadão adota postura impessoal e evita explicar procedimentos burocráticos aos usuários. Quando questionado, afirma que não é “função dele educar ninguém”, limitando-se a cumprir “as ordens do sistema”. Tal comportamento gerou desconforto entre os cidadãos, muitos dos quais se sentiram desrespeitados e desinformados. A chefia da unidade avaliou a situação como problema de “falta de empatia”, mas não identificou ilegalidade na conduta.

Sobre a situação apresentada, à luz dos princípios democráticos e da ética pública, é correto afirmar que a conduta do servidor não pode ser considerada antiética, pois cumpriu suas funções legalmente.

32. Em uma conferência sobre democracia e serviço público, foi defendido que o servidor público deve atuar como agente da cidadania, comprometido não apenas com a eficiência, mas também com a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção do bem comum. Um dos debatedores afirmou que a ética pública é neutra quanto à democracia, pois sua função se limita à regulação comportamental dos servidores.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI N° 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)*Rodrigo Bet*

33. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a ação para aplicação das sanções previstas prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou do término da permanência, no caso de infrações permanentes.

34. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato culposo, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

35. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros configura ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública.

- o quinto e o sexto dígitos da senha deverão ser letras minúsculas do alfabeto latino (considerado com 26 letras), não sendo admitida repetição.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens 37 até 40.

37. O preenchimento dos três primeiros dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 1.000 maneiras distintas.

38. O preenchimento dos dois últimos dígitos das senhas a serem geradas pode ser feito de 26^2 maneiras distintas.

39. É possível compor mais de 3 milhões de senhas distintas que atendam às especificações apresentadas.

40. A quantidade de maneiras distintas de completar o quarto e o sexto dígitos da senha 123_K_, em que _ representa o dígito a ser completado, é um número que é múltiplo de 4, mas não é múltiplo de 8.

Corujinha foi visitar uma cidade no interior do Rio de Janeiro por dois dias. No primeiro dia, ela foi a uma pizzaria, sentou-se em uma mesa na varanda e tomou refrigerante de limão. No segundo dia, a probabilidade de ela tomar refrigerante de limão é de 60%, a probabilidade de ela retornar à pizzaria é de 20% e, indo lá, a chance de ela sentar-se à mesma mesa é de 1/50.

Em relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens 41 e 42.

41. A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria no segundo dia e sentar-se na mesma mesa é superior a 1%.

Corujinha recebeu de seu chefe imediato a tarefa de gerar um conjunto de senhas de acesso que atendam às seguintes especificações:

- cada senha deve ser composta por 6 dígitos;
- cada um dos três primeiros dígitos da senha deve ser um número de 0 a 9, admitindo-se repetição;
- o quarto dígito da senha deve ser um dos quatro caracteres especiais listados a seguir: \$, @, # ou &;

42. A probabilidade de Corujinha retornar à pizzaria ou tomar refrigerante de limão é inferior a 70%.

Assertiva: A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como decisão programada.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

Com base no processo administrativo e funções de administração, julgue os itens a seguir.

43. A atribuição de autoridade e responsabilidades, assim como a alocação de recursos, são tarefas típicas relacionadas à função direção.

44. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em recursos e ideias.

Com base em liderança e motivação, julgue os itens a seguir.

45. Lideranças apoiadoras têm por base a preocupação com as necessidades e com o bem-estar de seus subordinados, ao passo que nas lideranças diretivas o líder se preocupa em explicar detalhadamente “o que” e “como” deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.

46. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se na base da pirâmide.

Com base nos Processos de análise e tomada de decisão, julgue os itens a seguir.

47. **Texto:** Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material.

Com base na Gestão de Desempenho e Gestão por Competências, julgue os itens a seguir.

48. Um dos benefícios da avaliação de desempenho 360º é que a avaliação de pares e colegas promove uma melhor qualidade na avaliação, favorecendo a imparcialidade nos resultados de desempenho do indivíduo avaliado.

49. João das Neves realizou a avaliação de desempenho de seus subordinados levando em consideração o registro dos aspectos extremos (tanto negativos, quanto positivos) das características dos indivíduos avaliados. Esse método utilizado por João das Neves é chamado de Incidentes Críticos.

Com base na Gestão de Conflitos e Negociação, julgue os itens a seguir.

50. Entre os métodos de avaliar a eficácia da solução de um conflito, inclui-se o de verificar o impedimento da criação de novos conflitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

Em relação às principais abordagens da administração, à evolução da administração pública e ao PDRAE, julgue os itens a seguir.

51. Na evolução do pensamento administrativo, o homem funcional é um conceito que leva em consideração os diversos papéis desempenhados pelo colaborador e suas inter-relações com os demais homens, em um processo no qual intervém variáveis contextuais e situacionais.

52. O Profissionalismo, o formalismo e a impessoalidade da burocracia tradicional mantiveram-se preservados na implantação do modelo gerencial, que proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.

Acerca do processo administrativo, análise competitiva, estratégias genéricas, redes e alianças, julgue os itens a seguir.

53. De acordo com análise das cinco forças de Porter, patente é um exemplo eficaz de barreira a novos entrantes, assim como a presença de grupos fortes de compradores que permite que a indústria atue proativamente na criação de mais barreiras à entrada.

54. No processo de construção do *Balanced Scorecard* – BSC é necessário o desenvolvimento de alguns elementos conceituais, a exemplo dos cenários, que permitem uma análise e acompanhamento das prospecções futuras.

55. O controle é a função do administrador responsável por realizar atividades relacionadas ao comportamento organizacional, de motivação e liderança.

56. O *Feedback* inclui tudo aquilo que perturba ou distorce o processo de comunicação e o código é o conjunto de sinais e de regras que permite transformar o pensamento em informação.

Em relação aos tipos de organização e estruturas organizacionais, julgue os itens a seguir.

57. Na estrutura divisional, os gerentes funcionais focam nos resultados alcançados na divisão.

58. As organizações lineares têm como uma de suas características o aumento da centralização e a redução da generalização à medida que se ascende na hierarquia da empresa.

Quanto à gestão de projetos, gestão de processos e gestão da qualidade, julgue os itens a seguir

59. A reengenharia é uma técnica de melhoria de processos que reformula e substitui os processos existentes, enquanto a qualidade aproveita os processos existentes, promovendo uma mudança gradual e incremental.

60. O fluxograma é o gráfico representativo dos passos lógicos de um processo, visando realizar o mapeamento das atividades, com vistas a analisá-las e melhorá-las.

61. O benchmarking é uma tecnologia de mudança utilizada para avaliar, comparar e identificar o gap de desempenho e obter vantagem competitiva. O benchmarking abraça a ideia de processo, contínuo e sistemático e pode ser realizado de forma interna, competitiva ou funcional.

62. A definição de indicadores, a realização de treinamento e a elaboração do plano de ação para melhoria são etapas da fase de planejamento do ciclo PDCA.

63. O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado padronizado, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis

Acerca de gestão de pessoas, liderança, motivação, capacitação, desempenho e competências, julgue os itens a seguir.

64. O líder diretivo deve demonstrar interesse pelo bem-estar dos subordinados e se mostrar acessível a eles como indivíduos.

65. Interessada em verificar o desempenho dos ocupantes de cada cargo, uma gestora de Recursos Humanos decidiu realizar uma avaliação 360 graus, processo que possibilita a obtenção de uma opinião múltipla sobre cada colaborador. Nesse caso, com base nos processos típicos de gestão de pessoas, a ação da gestora representa um processo de aplicar pessoas.

66. Investimentos em capacitação contribuem para o desempenho e resultados melhores, por isso a área de RH deve promover um processo contínuo de análise das necessidades de treinamento, examinando no nível organizacional os processos realizados, as atividades e tarefas, com vistas a determinar quais conteúdos deverão ser abordados em programas de treinamento.

67. O valor percebido pelos clientes, a diferenciação entre os concorrentes e a capacidade de expansão são atributos que devem ser construídos pelas organizações para que desenvolvam suas competências básicas e possam gerar distinção para a organização.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Paulo Portinho

68. A Administração Financeira defende que o consumidor deve agir com responsabilidade, priorizando compras à vista, e que deve evitar considerar análises de financiamentos, sejam eles de curto ou longo prazo.

69. Acerca dos princípios e das abordagens da administração clássica à administração financeira e dos assuntos referentes a processo de planejamento, julgue o item subsequente.

O orçamento de caixa deve ser elaborado e revisitado em um menor número de intervalos, no caso de termos negócios sazonais e incertos.

70. Sobre a administração financeira, temos:

As funções fundamentais de administração financeira podem ser agrupadas em tesouraria, controladoria e controle de custos.

Questões 71 a 74

71. Veja a tabela a seguir:

Contas	Ano 0	Ano 1
AC operacional		55.000
AC financeiro		48.000
Ativo não circulante		134.000
Imobilizado (incluído no Ativo Não Circulante)		114.000
PC operacional		?
PC financeiro		?
Passivo Exigível a LP		100.000
Lucro Operacional		108.000
Lucro Líquido		71.100

Considerando que a Necessidade e Capital de Giro dessa empresa é de 25.000, o Saldo em Tesouraria é 18.000, então o capital circulante líquido é superior a 42.800.

72. Considerando os dados da questão anterior.

Os índices de liquidez corrente e geral são, respectivamente, 1,72 e 0,77. Considere 2 casas decimais para arredondamento.

73. Considerando os dados da questão anterior.

O Retorno sobre o Ativo é exatamente igual a 30%.

74. Considerando os dados da questão anterior.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido é inferior a 90%.

75. Em uma comparação entre a relação/razão entre o passivo exigível e o patrimônio líquido e o índice de endividamento geral, ambos só seriam iguais caso o ativo total fosse igual ao patrimônio líquido.

- 76.** Com relação aos índices de rentabilidade e lucratividade, observe a afirmativa a seguir:

Os índices de rentabilidade demonstram a capacidade de a entidade gerar lucro em relação a contas do balanço patrimonial, enquanto os índices de lucratividade avaliam a relação entre os lucros e contas do demonstrativo de resultados.

- 77.** Quando o grau de alavancagem financeira é superior a 1, o capital de terceiros contribui para gerar retorno adicional para os acionistas.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravelle

- 78.** O orçamento público, além de ser instrumento de alocação de recursos, exerce também função de controle e fiscalização das ações governamentais, integrando o sistema de planejamento e orçamento federal da administração pública.

- 79.** A técnica orçamentária denominada orçamento-programa visa à vinculação entre os objetivos de governo e os programas de trabalho, sendo estruturada por ações e metas mensuráveis.

- 80.** O princípio orçamentário da exclusividade impede que a lei orçamentária anual contenha qualquer dispositivo que trate de autorização para abertura de créditos suplementares, mesmo que prevista em legislação específica.

- 81.** O ciclo orçamentário compreende as etapas de elaboração, apreciação, execução e controle, e pode estender-se além do exercício financeiro.

- 82.** No plano plurianual, os programas devem conter a identificação de objetivos, metas, indicadores, estrutura de financiamento e regionalização.

- 83.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter anexo de metas fiscais, riscos fiscais e critérios para limitação de empenho.

- 84.** A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode conter despesas obrigatórias e facultativas, sendo vedado o contingenciamento das obrigatórias.

- 85.** A classificação funcional da despesa permite identificar a função e a subfunção, sendo que a função representa a área de atuação governamental mais ampla, como educação ou saúde.

- 86.** A estrutura programática das ações orçamentárias no Brasil inclui programas, ações, subtítulos e plano orçamentário; sendo os subtítulos utilizados para regionalizar a aplicação dos recursos.

- 87.** Os créditos extraordinários são abertos por meio de decreto do Poder Executivo e devem ser comunicados imediatamente ao Poder Legislativo.

- 88.** A descentralização financeira consiste na distribuição dos créditos orçamentários entre os órgãos da mesma esfera, com o objetivo de facilitar a execução descentralizada.

- 89.** A inscrição em restos a pagar processados ocorre quando a despesa está liquidada e ainda não foi paga até o encerramento do exercício.

- 90.** A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

91. O suprimento de fundos pode ser concedido para atender despesas que devam ser realizadas de forma imediata, desde que o agente esteja legalmente designado e o valor limite não seja ultrapassado.

92. A LRF estabelece que, quando for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo adotará, de forma discricionária, medidas corretivas que entender convenientes.

LEI FEDERAL N° 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) E LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 (LEI DA TRANSPARÊNCIA)

Fabiano Pereira

93. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

A Lei nº 12.527 estabelece diversos conceitos vinculados ao direito de acesso à informação. Nesse contexto, entende-se por integridade a característica da informação obtida diretamente da fonte, preservando seu nível máximo de detalhamento e sem qualquer alteração.

94. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

A atribuição de definir o nível de sigilo das informações na administração pública federal, quando se tratar do grau ultrassecreto, compete tanto ao Presidente da República quanto aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

95. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

Pessoas físicas ou entidades privadas que possuírem informações devido a qualquer tipo de relação com o poder público e não cumprirem as determinações

da Lei nº 12.527/2011 estarão sujeitos a penalidades, incluindo advertência, aplicação de multa, rescisão do vínculo com a administração e suspensão temporária de participar de licitações, além de impedimento para firmar contratos com o setor público por um período máximo de quatro anos.

96. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

O tratamento de dados pessoais deve ocorrer de maneira transparente, garantindo o respeito à privacidade, à vida íntima, à reputação e à imagem dos indivíduos, além de assegurar os direitos e garantias fundamentais. O acesso a essas informações será limitado, independentemente de classificação sigilosa, sendo permitido apenas a agentes públicos devidamente autorizados e ao próprio titular dos dados, pelo período máximo de 100 (cem) anos a partir da data de sua produção.

97. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

As informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas podem ser classificadas como ultrassegredas, secretas ou reservadas, conforme seu conteúdo e sua relevância para a segurança da sociedade ou do Estado. Os períodos máximos de restrição de acesso variam de acordo com a classificação e começam a contar a partir da data de sua produção, sendo o prazo para informações ultrassegredas de 25 (vinte e cinco) anos.

98. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

Os órgãos públicos, mediante solicitação, devem disponibilizar informações de interesse coletivo que tenham produzido ou estejam sob sua guarda.

99. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

O direito de acesso à informação previsto nesta Lei inclui, entre outros aspectos, a obtenção de dados exclusivamente presentes em registros ou documentos gerados ou armazenados por órgãos ou entidades, desde que arquivados em arquivos públicos.

100. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

Estão sujeitos às disposições da Lei nº 12.527/2011 os órgãos públicos que fazem parte da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário, além do Ministério Público, assim como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades controladas, de forma direta ou indireta, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

101. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

Qualquer solicitação de acesso à informação deve ser realizada por escrito e entregue pessoalmente no órgão ou entidade responsável pela guarda da informação. Por questões de segurança, é proibido fazer pedidos de informação por meio eletrônico.

102. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – julgue o item a seguir.

Os órgãos e entidades públicas têm a possibilidade de solicitar justificativas sobre as razões que fundamentam o pedido de informações de interesse público. Em qualquer situação, uma resposta inadequada resulta na negativa de acesso à informação solicitada.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

103. O modelo racional-legal, fundamentado nos princípios de Max Weber, prioriza a formalidade, a imprevisibilidade e a hierarquia.

104. O paradigma pós-burocrático valoriza a flexibilidade, inovação e foco em resultados, diferentemente do modelo burocrático tradicional.

105. As reformas administrativas no Brasil após 1995 marcaram a transição completa para o modelo gerencial, eliminando características burocráticas.

106. A autonomia na contratação de pessoal é um princípio da gestão por resultados, permitindo que o gestor escolha livremente sua equipe sem limites orçamentários ou de regulamentação.

107. A Gestão por Resultados introduz o conceito de "cliente" na administração pública, no qual o cidadão é tratado como cliente e a satisfação de suas demandas é central para o processo administrativo.

108. A flexibilidade gerencial é um elemento importante para a Gestão por Resultado, pois permite a autonomia dos gestores, que devem priorizar o cumprimento dos procedimentos rígidos estabelecidos em lei.

109. O empreendedorismo governamental visa estimular inovações nos serviços públicos para atender melhor às demandas da sociedade.

110. Empreendedores no setor público operam sob as mesmas condições de mercado que empreendedores do setor privado.

111. A gestão pública, assim como a privada, está sujeita a pressões de transparência, mas a flexibilidade organizacional é mais característica da gestão pública do que da privada.

112. Os gestores públicos enfrentam restrições legais e políticas que geralmente não estão presentes no setor privado.

113. Os modelos de gestão pública e privada convergem no uso de indicadores de desempenho para avaliar resultados.

114. A avaliação ex-post de políticas públicas é realizada durante a implementação para ajustar as ações em tempo real.

115. No paradigma pós-burocrático, a ênfase na flexibilidade, na inovação e na responsividade às necessidades dos cidadãos representa uma evolução significativa em relação ao modelo racional-legal, que é caracterizado por uma estrutura mais rígida e formalizada.

116. O modelo de decisão racional assume que os tomadores de decisão são completamente objetivos e lógicos.

117. A abordagem incrementalista sugere que as decisões são feitas por meio de pequenos ajustes sucessivos, em vez de mudanças drásticas.

118. A definição de políticas públicas refere-se exclusivamente às ações realizadas pelo governo, sem incluir as ações de outros atores sociais.

119. O ciclo de políticas públicas começa com a construção da agenda, onde problemas são identificados e priorizados para ação governamental.

120. Os processos de decisão nas políticas públicas são baseados exclusivamente em análises racionais e científicas, desconsiderando influências políticas e sociais.

Discursiva

Desvendando Desafios e Construindo um Futuro Cibرنético Seguro

No vasto horizonte da era digital, somos arquitetos do nosso destino virtual, navegando por um território cibرنético que se expande a cada clique. Contudo, junto com as maravilhas dessa nova fronteira, emergem desafios inquietantes que demandam nossa atenção e engajamento. Em um mundo onde a tecnologia é a força motriz do progresso, é vital nos unirmos na busca por soluções para os desafios da investigação criminal em crimes cibرنéticos.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo **Os desafios da Investigação Criminal em Crimes Cibرنéticos** e aborde necessariamente os seguintes aspectos:

1. **Falta de estrutura e recursos tecnológicos**
2. **Legislação atual e lacunas jurídicas**
3. **Cooperação internacional e jurisdição transnacional**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>